IV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS COINTER - PDVAgro 2019

PERCEPÇÃO SOCIOECONÔMICA DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MUNICÍPIO DE BEQUIMÃO – MA, BRASIL

PERCEPCIÓN SOCIOECONÓMICA DE UNA COMUNIDAD DE QUILOMBO EN LA CIUDAD DE BEQUIMÃO- MA, BRASIL

SOCIOECONOMIC PERCEPTION OF A QUILOMBOLA COMMUNITY IN THE CITY OF BEQUIMÃO - MA, BRAZIL

Apresentação: Comunicação Oral

Paulo Protásio de Jesus¹; Ernandes Oliveira Silva²; Josinete Sampaio Monteles³; Vanessa Fernandes Ferreira⁴; Izabel Cristina da Silva Almeida Funo⁵

DOI: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.IVCOINTERPDVAgro.2019.0009>

Resumo

O Maranhão é o estado com maior número de comunidades remanescentes de quilombo certificadas do Brasil. Estas comunidades são ricas em conhecimento tradicional, o principal influenciador dos aspectos social e econômico destas comunidades. Visando conhecer tais aspectos e como estes se constituem, o presente trabalho teve como objetivo realizar um diagnóstico socioeconômico da comunidade quilombola Mafra, situada no município de Bequimão, estado do Maranhão. O levantamento das informações foi realizado através da pesquisa etnográfica, com aplicação de 22 questionários do tipo semiestruturado, conversas formais, entrevistas e observação não participativa. Dos entrevistados, 50% eram mulheres e 50% homens com média de 44 anos, sendo a maioria naturais do próprio município de Bequimão. Os dados socioeconômicos revelam que, de modo geral, a população quilombola desta comunidade começou a trabalhar muito cedo, ajudando os pais nas atividades da lavoura, o que contribuiu para a baixa escolarização entre os entrevistados, uma vez que estes não tiveram oportunidade de priorizar os estudos. É uma comunidade que vive quase exclusivamente da agricultura, atividade que promove a alimentação, serve como principal fonte de renda da família e, em alguns casos, como complementação de renda. Dentre as atividades desenvolvidas na comunidade, destacam-se a criação de pequenos animais, o cultivo de pequenas hortaliças, grandes culturas e algumas frutíferas, bem como o extrativismo e a captura de organismos dos manguezais presentes na região. No geral, essas atividades são voltadas para o consumo da família e, em alguns casos, quando há excedente, este é comercializado no centro de Bequimão e na própria comunidade.

Palavras-chave: Comunidade quilombola. Percepção socioeconômica. Atividades produtivas. Subsistência.

¹ Licenciatura em Ciências Agrárias, IFMA – Campus São Luís Maracanã, paulo.protasio@acad.ifma.edu.br

² Engenharia de Pesca, UEMA – Campus Paulo VI, ernandesoliveira27@gmail.com

³ Licenciatura em Biologia, IFMA – Campus Monte Castelo, josimonteles@gmail.com

⁴ Curso Técnico em Aquicultura, IFMA – Campus São Luís Maracanã, vanessa.fernandes@acad.ifma.edu.br

⁵ Doutora em Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Professora do Departamento de Aquicultura do IFMA – Campus São Luís Maracanã, izabelfuno@ifma.edu.br

Resumen

Maranhão es la provincia con el mayor número de comunidades reminiscentes de quilombos certificadas en Brasil. Estas comunidades son ricas en conocimiento tradicional, y este es un rasgo muy influyente en sus aspectos sociales y económicos. Con el objetivo de conocer tales aspectos y cómo estos se constituyen, este trabajo buscó hacer un diagnóstico socioeconómico de la comunidad quilombola Mafra, ubicada en la ciudad de Bequimão, en Maranhão (Brasil). Los datos fueron colectados por medio de investigación etnográfica, con la aplicación de 22 cuestionarios semiestructurados, conversaciones formales, entrevistas y observación no participativa. De los encuestados, el 50% eran mujeres y el 50% hombres con un promedio de 44 años, y gran parte de ellos son de la ciudad de Bequimão. Los datos socioeconómicos demuestran que, en general, la población de quilombolas de esta comunidad comenzó a trabajar muy temprano, para ayudar a sus padres en las actividades agrícolas, lo que contribuyó a la baja escolaridad de los encuestados, ya que no tuvieron oportunidad de priorizar sus estudios. Mafra es una comunidad que vive casi exclusivamente de la agricultura, actividad que promueve la alimentación, sirve como la principal fuente de remuneración de la familia y, en algunos casos, como complemento de sueldo familiar. Entre las actividades que se realizan en la comunidad, se destaca la producción de pequeños animales, el cultivo de hortalizas pequeñas, la producción vegetal de granos y algunas frutas, así como la extractivismo y captura de organismos de manglares presentes en la región. En general, estas actividades están dirigidas al consumo familiar y, en algunos casos, cuando hay excedentes, se venden en el centro de Bequimão o en la propia comunidad.

Palabras Clave: Comunidad tradicional quilombola. Percepción socioeconómica. Actividades productivas. Subsistencia.

Abstract

Maranhão is the Brazilian state with the largest number of remaining quilombo communities certified. These communities are rich in traditional knowledge, the main influencer of the social and economic aspects these communities. Aiming to know these aspects and how they constitute themselves, the present work aimed to make a socioeconomic diagnosis of the quilombola community Mafra, located in Bequimão city, state of Maranhão. The information was collected through ethnographic research with the application of 22 semi-structured questionnaires, formal conversations, interviews and non-participatory observation. Of the respondents, 50% were women and 50% men with an average age of 44 years, most of them from Bequimão. Socioeconomic data show that, overall, the quilombola population of this community started working very early, helping parents in farming activities, which contributed to the low schooling among the interviewees, as they had no opportunity to prioritize the studies. They live almost exclusively from agriculture, an activity that promotes food, serves as the family's main source of income and, in some cases, as a supplement to income. Among the activities developed in the community, we highlight the rearing of small animals, the cultivation of small vegetables, large crops and some fruit, as well as extraction of mangrove organisms present in the region. These activities are aimed at family consumption and, in some cases, when there is a surplus, it is sold in the center of Bequimão and in the community itself.

Keywords: Quilombola community. Socioeconomic perception. Productive activities. Subsistence.

Introdução

As comunidades remanescentes de quilombo são oriundas daquelas que resistiram à

brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade. Estas comunidades têm sua denominação ligada à ideia de negros fugidos e territorialização de áreas livres, geralmente isoladas, as quais eram utilizadas como um espaço de continuidade de tradições, memórias e cultura do seu povo (REIS; GOMES, 1996).

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, atualmente no Brasil existem 2.743 comunidades remanescentes de quilombo certificadas. Deste total, 1.682 concentram-se na região nordeste, representando 61,32% das comunidades certificadas do país, caracterizando esta região como uma das mais importantes no contexto das comunidades remanescentes de quilombo do Brasil. O estado do Maranhão possui 816 comunidades remanescentes de quilombo, detendo 48,51% das comunidades da região Nordeste e 29,75% das comunidades a nível federativo. Situação que o evidencia como um dos estados com maior concentração de comunidades remanescentes de quilombos do país e, portanto, de grande importância no cenário nacional (FCP, 2019).

No município de Bequimão registra-se cerca de 11 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (Ariquipá, Conceição, Juraraitá, Marajá, Mafra, Pericumã, Ramal de Quindíua, Rio Grande, Santa Rita, Sibéria e Sassuy). Ao longo dos anos os descendentes destas comunidades lutam para preservar a memória de seus ancestrais e repassar os mesmos valores para as gerações futuras.

Estas comunidades possuem um jeito próprio de viver, fundamentada nos conhecimentos tradicionais e culturais que são repassados de pais para filhos ao longo dos anos. Sua relação com o meio ambiente, fauna e flora estão intimamente ligados a esse conhecimento (O'DWYER, 2002). Ainda segundo este autor, os quilombos eram, tradicionalmente, das regiões de grande concentração de escravos, afastados dos centros urbanos e em locais de difícil acesso. Embrenhados nas matas, selvas ou montanhas, esses núcleos se transformaram em aldeias, dedicando-se à economia de subsistência e às vezes ao comércio, alguns tendo mesmo prosperado.

No entanto, devido justamente ao seu isolamento, existe uma grande dificuldade em se obter informações precisas e tornar amplo o conhecimento da população sobre as comunidades remanescentes de quilombos, bem como suas características socioeconômicas. Esse isolamento fazia parte de uma estratégia que garantiu a sobrevivência de grupos organizados com tradições e relações territoriais próprias, formando, em suas especificidades, uma identidade étnica e cultural que deve ser respeitada e preservada (FCP, 2019).

Reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais e a influência destes para o desenvolvimento social e econômico das comunidades quilombolas através das atividades

produtivas, o presente projeto teve como objetivo realizar um diagnóstico sobre os aspectos socioeconômicos da comunidade quilombola Mafra, situada no município de Bequimão, estado do Maranhão, destacando quais atividades, por eles, desenvolvidas influenciam nesses aspectos.

Fundamentação Teórica

O termo quilombo, até recentemente, era de uso quase exclusivo de historiadores e demais especialistas que, por meio da documentação disponível ou inédita, procuravam construir novas abordagens e interpretações sobre o nosso passado como nação (O'DWYER, 2002).

Foi somente a partir da Constituição brasileira de 1988, que o termo quilombo adquiriu uma significação atualizada, ao ser inscrito no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro (BRASIL, 1988).

A partir dessa publicação se começou a pensar no quilombo por outra perspectiva, reconhecendo-se, entre outras coisas, o seu valor histórico. Reconhecer que este possui em sua construção um estilo de vida característico de resistência contra o sistema escravista, tendo sua denominação ligada à ideia de negros fugidos e territorialização de áreas livres, geralmente isoladas, as quais eram utilizadas como um espaço de continuidade de tradições, memórias e cultura do seu povo (SILVA, 2014; EUGÊNIO & LIMA, 2014).

Historicamente, os quilombos representavam os espaços nos quais aconteciam lutas de resistência à escravidão no Brasil e a socialização dos escravos fugitivos, e desta forma se tornaram ambientes onde se consolidavam atividades de subsistência e manifestações culturais (GONÇALVES; GONÇALVES, 2017). A concentração em quilombos como forma de resistência foi um movimento emancipacionista que se iniciou muito antes do movimento liberal abolicionista (MOURA, 1992).

A denominação quilombo foi por muito tempo atribuído a uma acepção criminal, e, embora tenha sido ressignificado, é constantemente associado ao estereótipo de comunidade do passado que foi extinta após a abolição da escravidão ou até mesmo às comunidades que permaneciam com uma africanidade intocada (MIRANDA, 2012).

Após a abolição, o termo quilombo como definição de agrupamento de escravos fugitivos tornou-se obsoleto, prevalecendo assim as denominações: comunidades remanescentes ou comunidades quilombolas. Portanto, considera-se comunidades remanescentes de quilombo

tanto aquelas que se originaram de quilombos durante o período escravocrata, quanto aquelas que surgiram após a abolição (GONÇALVES; GONÇALVES, 2017).

Além desta denominação, as comunidades remanescentes de quilombo são também chamadas de “terra de preto”, “território negro” e “mocambo” e todas essas denominações foram adotadas pela busca de uma aceção coerente com a realidade de tais comunidades, que vão muito além de quilombos históricos ou de comunidades dos descendentes de quilombolas (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014).

O termo definitivo de Comunidades Remanescente de Quilombo, ou CRQ's foi adotado em definitivo justamente para diferir estas comunidades dos quilombos históricos (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014).

Delimitando-se às comunidades remanescentes destes quilombos, conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

As comunidades remanescentes de quilombo se adaptaram a viver em regiões por vezes hostis, mantendo suas tradições culturais. Aprenderam a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente. Seus membros são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e, dentre outras, desenvolvem atividades de turismo de base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar (FCP, 2019).

É através dessas atividades, envolvendo elementos da natureza e o conhecimento tradicional herdado de seus ancestrais, que essas comunidades produzem sua riqueza cultural, social e econômica, sustentam suas famílias e resistem ao longo dos anos, tanto ao preconceito quanto a ausência do estado.

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada em Mafra, comunidade remanescente de quilombo do município de Bequimão, localizado na região do litoral ocidental do Maranhão, entre as coordenadas 02° 26'58'' de latitude sul e 44° 46' 57'' de longitude oeste.

O levantamento das informações foi realizado através da pesquisa etnográfica, que segundo Mattos (2011) compreende o estudo pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas.

Os instrumentos de coletas de dados utilizados foram: o questionário semiestruturado, abordando um diagnóstico socioeconômico com o objetivo de caracterizar a comunidade quilombola Mafra com base em indicadores demográficos, sociais e econômicos, bem como conversas formais, entrevistas e observação não participativa. Ao todo, 22 questionários foram aplicados, representando 5% do total de pessoas da comunidade, segundo o procedimento descrito por Krejcie & Morgan (1970).

Os aspectos demográficos dizem respeito à caracterização do respondente com base nos seguintes parâmetros: sexo, idade, estado civil, número de filhos, número de pessoas por domicílio. Os indicadores sociais consistem do nível de escolaridade, se o respondente continua ou não estudando e condição da residência. Os indicadores econômicos envolvem a identificação das atividades geradoras de renda e a renda média familiar.

Os dados coletados foram tabulados através do programa Microsoft Excel 2016 e posteriormente examinados à luz da análise qualitativa, que segundo Vergara (2007) visa extrair dos entrevistados pensamentos que foram livremente ditos sobre algum tema, objeto ou conceito.

Resultados e Discussão

A comunidade Mafra é composta atualmente por 35 famílias, com média de quatro pessoas por domicílio e, dentre os questionários aplicados na comunidade, 50% foram respondidos por mulheres e 50% por homens com idade variando de 25 a 63 anos (Figura 1).

Figura 1. Caracterização da comunidade Mafra quanto a idade dos entrevistados

Destes, 91% são naturais do próprio município de Bequimão, 4,5% de São Luís e 4,5% do município de Cururupu, todos pertencentes ao estado do Maranhão. Almeida (2013) explica que devido à grande produtividade das lavouras de algodão, arroz e cana-de-açúcar que

ocorriam na região ocidental do Maranhão no século XIX, diversos escravos foram enviados para esta região a fim de servir de mão-de-obra nestas atividades, sendo, pois, nesta região o local onde se formaram também diversos quilombos. A autora explica que esses quilombos se fixaram nessa região e ali permaneceram e desenvolveram suas atividades de resistência e subsistência, fato que pode justificar a naturalidade dos entrevistados ser do próprio município onde essas comunidades foram constituídas.

Referente ao estado civil dos entrevistados, 54,5% são solteiros e 45,5% disseram ter uma união estável, com média de 5 filhos por entrevistado. A média é de quatro pessoas por casa. Um fato interessante que foi observado diz respeito ao fato de muitos filhos não morarem mais com os pais. Em alguns casos estes constituíram família e mudaram de comunidade e em outros deslocaram-se para a capital, São Luís, em busca de melhores condições de vida, estudo e emprego. Realidade esta, que não é exclusiva da comunidade quilombola Mafra. Mera (2011) relata que a diminuição da população rural, ocorre principalmente devido à falta de sucessão da atividade agrícola, onde muitos jovens, filhos de agricultores, saem da propriedade em busca de trabalho ou estudo e não mais retornam.

As moradias da comunidade são, na sua maioria (95,5%) de taipas (Figura 2), um modelo tradicional de moradia construído com materiais retirados da natureza e 4,5% de alvenaria. Em geral, as construções artesanais são comuns em comunidades tradicionais, sobretudo nas remanescentes de quilombo, e representam valor simbólico de pertencimento e originalidade (SILVA; MOY; BARBOSA, 2015).

Figura 2. Casa de taipa (Mafra, Bequimão – MA)

Fonte: Própria (2019)

Os dados sobre a idade em que começaram a trabalhar, revela que os entrevistados começaram a ajudar seus pais nas atividades da lavoura ainda muitos jovens. Em média, o início das atividades laborais se dá por volta dos 11 anos de idade. Essa realidade é também vista em diversas comunidades tradicionais do país, onde a maioria das crianças acompanham seus pais e os ajudam nos mais diversos afazeres, sejam eles relacionados a mariscagem (MONTELES *et al.*, 2009), pesca artesanal (CANTANHÊDE *et al.*, 2019) ou agricultura familiar (MARIN *et al.*, 2012). Essa inserção precoce no trabalho tende a interferir no processo escolar, uma vez que estas pessoas deixam de priorizar os estudos para ajudar nas atividades e prover o sustento da família.

A comunidade Mafra, não diferente de inúmeras outras comunidades tradicionais, apresenta 72,7% da população entrevistada com baixa escolaridade, possuindo apenas o ensino fundamental incompleto (Figura 3). Entre os possíveis motivos está o difícil acesso às escolas mais próximas, ou às condições econômicas, uma vez que os filhos e netos acabam entrando precocemente nas atividades da lavoura, seja para auxiliar ou para manter a família.

Figura 3. Nível de escolaridade da comunidade quilombola Mafra, Bequimão

Figueiredo (2017) destaca que foi somente a partir de 2003 com a efetivação de uma série de ações que foi implementada no país, que possibilitou colocar, de forma objetiva (e tardia), as comunidades quilombolas no mapa das preocupações efetivas do Estado. Entre estas preocupações o autor cita a oferta da educação de qualidade e escolas dignas.

No entanto, a oferta do ensino para a população quilombola ainda é um desafio. De acordo com o Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira (BRASIL, 2003, p. 15):

[...] 31,5% das crianças quilombolas de sete anos nunca frequentaram bancos escolares; as unidades educacionais estão longe de residências e as condições de estrutura são precárias, geralmente as construções são de palha ou de pau a pique; poucas possuem água potável e as instalações sanitárias são inadequadas. O acesso à

escola para estas crianças é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados e o currículo escolar está longe da realidade destes meninos e meninas

Os diversos problemas citados no relatório descrevem a realidade da comunidade Mafra, o que justifica o trabalho precoce para ajudar na renda familiar, assim como o baixo índice de escolaridade.

Referente a renda, a média mensal dos entrevistados fica em torno dos R\$ 590 reais. Essa renda é oriunda de benefícios sociais como o bolsa família, aposentadoria, atividades agrícolas e empregos formais, conforme pode ser verificado na figura 4.

Figura 4. Principais fontes de renda dos entrevistados da comunidade de Mafra

Destaca-se aqui os benefícios sociais como as principais fontes de renda dessa comunidade. O Guia de Políticas Sociais Quilombolas (2009) destaca que o Bolsa Família é o instrumento através do qual as famílias quilombolas, que se encontram em situação de grande vulnerabilidade socioeconômica garantem renda complementar e a possibilidade de maior assistência nos âmbitos da saúde e da educação (MDS, 2009).

Cerca de 18,2% dos entrevistados têm somente a agricultura como fonte de renda, a estes se juntam 66,6% dos aposentados, o que, na verdade, leva a agricultura a ser a principal atividade praticada na comunidade (81,8%). Segundo Lima e Tubaldini (2009), lidar com a terra é a atividade mais comum nas comunidades quilombolas. A agricultura é desenvolvida de maneira tradicional, com a prática de manuseios sustentáveis, por meio do trabalho coletivo e solidário, com produção econômica voltada principalmente para a subsistência familiar.

Dentre as atividades agrícolas desenvolvidas na comunidade, destacam-se o cultivo de pequenas hortaliças, grandes culturas como milho, feijão, mandioca, arroz e algumas frutíferas como goiaba, murici e laranja, desenvolvidas próximas às casas ou em roças-de-toco (agricultura de pousio). Esse sistema de cultivo utilizado por pequenos agricultores, chamado

de pousio, roça-de-toco ou coivara, constitui uma tradição milenar da maioria das populações indígenas, sendo assimilada pelas populações remanescentes de processos de colonização (ADAMS, 2000; OLIVEIRA, 2002). O sistema é baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo-se um período de cultivo e, após o declínio da fertilidade do solo, um período de pousio para restauração da fertilidade (SIMINSKI; FANTINI, 2007).

O sistema de cultivo misto, além de assegurar uma dieta alimentar diversificada e nutritiva, apresentam vantagens como: manutenção da cobertura vegetal e proteção dos solos, maior controle das plantas espontâneas, otimização espacial através da combinação de plantas com hábitos de crescimento e estrutura de raízes diferenciadas resultando em melhor uso dos recursos ambientais (água, luz e nutrientes) e controle natural de fitopatógenos (ALTIERI, 2004). Acrescenta-se a estas, a vantagem do não uso de agrotóxicos por parte dos produtores da comunidade, favorecendo a saúde das famílias e o equilíbrio dos agroecossistemas que leva a processos dinâmicos conectados à biodiversidade local.

A relação homem e natureza é bem definida nas comunidades quilombolas, sobretudo naquelas que são essencialmente extrativistas e utilizam produtos oriundos do meio ambiente para subsistência. Nesse contexto, se observa o fortalecimento da ideia de pertencimento ao território e, a partir deste se preserva a sabedoria dos ancestrais de proteção à natureza e o território.

Alves (2015) em estudo sobre os remanescentes de quilombo Kalunga, destaca que, devido a exclusão do mercado de produção e sem acesso a serviços públicos essenciais durante anos, este povo desenvolveu uma relação harmônica com a natureza, preservando os espaços naturais e desenvolvendo técnicas próprias de subsistência com a extração dos recursos naturais do cerrado, preservando sua vegetação nativa e o meio ambiente, em uma relação simbiótica com a natureza.

Importante destacar que a atividade da agricultura, na comunidade Mafra, tem a participação de 100% das mulheres entrevistadas envolvidas diretamente com o ofício. Estas desenvolvem desde atividades simples (produção de canteiros e plantios de frutas e hortaliças nas proximidades das residências), até construção de roças-de-toco, onde plantam a mandioca, o milho, arroz, abóbora e a macaxeira, produtos essenciais para a alimentação da família e complementação da renda. Tubaldini e Diniz (2011) destacam a importante participação das mulheres quilombolas na realização dos trabalhos nas comunidades, que vão desde as atribuições domésticas e o cultivo de hortas, até o trabalho nas roças, a criação de porcos, aves e gado, bem como a construção de cercas, currais e até casas.

A atividade agrícola é, portanto, nesta comunidade uma importante fonte de renda, e a presença de empregos formais na comunidade é quase inexistente (Figura 4). O conhecimento utilizado nessa atividade é transmitido de pai para filho ao longo dos anos e consiste em técnicas tradicionais de preparo de solo, plantio, escolha de sementes, manejo de plantas, limpeza de área, época de plantio, época de colheita, condições climáticas favoráveis, etc. Tais conhecimentos são de extrema importância nas interações familiares, uma vez que é dele que provem a produção do alimento e, conseqüentemente, o sustento da família.

Paralelo as atividades agrícolas, tem-se ainda a criação de pequenos animais, entre os quais estão a criação de bovinos, suínos, caprinos, galinhas, patos, capotes e peixes. Estas atividades estão presentes na resposta de todos os entrevistados, sendo que 95,5% dos criadores o fazem com fins específicos de consumo da família. Apenas 4,5% disseram comercializar os animais que criam. A criação desses animais se dá de forma rústica, sem uso de técnicas e manejos de criação modernizados, privações que tendem a diminuir a produtividade e inviabilizam a criação a nível comercial.

As aves são os animais com maior destaque entre as espécies criadas, uma vez que se faz presente em 63,6% dos lares dos entrevistados. A justificativa, segundo os produtores, é que estas espécies requerem menor espaço e são de fácil criação, além de ser importantes produtos na alimentação das famílias. Ralph *et al.* (2016) em levantamento dos animais de produção criados na comunidade quilombola do Castainho, estado de Pernambuco, destacam que houve alta participação de criação de aves (50%) e justificam tal fato baseado no sistema de criação extensiva ser bastante fácil, diante da adaptabilidade das linhagens caipiras e por ser animal de importante papel no âmbito da agricultura familiar.

A produção animal se destaca pela sua importância na segurança alimentar, geração de emprego e renda, força de tração, transporte, e produção de adubo e fibra (LIMA, 2006). Carne, ovos, leite e derivados, juntamente com os produtos vegetais, podem satisfazer as exigências nutricionais do ser humano, tendo em vista que são fontes de lipídios, proteínas e carboidratos (TORRES *et al.*, 2000).

Podemos destacar ainda a forte relação que a comunidade possui com o manguezal de onde extraem o caranguejo, siri, camarão e o peixe, importantes produtos que compõem a alimentação da comunidade. Passareli (2013) enfatiza que, sob a perspectiva social e econômica, os manguezais oferecem diversos bens e serviços para as populações humanas, como madeira para lenha e carvão ou para confecção de embarcações; plantas com funções medicinais e para a extração de produtos químicos como o tanino; recursos alimentares diversos, tais como moluscos, crustáceos, peixes e outros (VANNUCCI, 1999).

Além disso, os manguezais possuem importância cultural, consistindo em áreas de recreação, lazer e turismo e podendo apresentar ainda valor estético e espiritual para a sociedade humana que com estes ambientes se relaciona (MEA, 2005).

Todos os entrevistados foram unânimes quando questionados sobre a contribuição das atividades produtivas (agricultura, criação de animais e exploração de produtos dos manguezais) na renda familiar, contudo, estas vão além da geração de renda. O relato de um dos entrevistados, aqui denominado de entrevistado A, exemplifica claramente a importância da atividade para os integrantes da comunidade Mafra:

“Esse nosso trabalho ajuda bastante, às vezes não temos o dinheiro para comprar o alimento, mas temos a galinha e o tempero, e o almoço já está garantido. Nem sempre temos o arroz, mas temos a farinha. Outras vezes estamos sem nada e uma passagem no manguê já resolve” (Entrevistado A, 2019).

Portanto, se constituem a própria manutenção da comunidade, além de serem práticas carregadas de significados que trazem à memória e a vivência cotidiana os ensinamentos dos seus ancestrais. Praticá-las é, portanto, uma forma de manter a vida e as lembranças de um passado de lutas e importantes vitórias.

Conclusões

Mafra é uma comunidade com uma população que começou a trabalhar muito cedo, ajudando os pais nas atividades da lavoura. As famílias vivem com uma renda média mensal abaixo de um salário mínimo, e muitas delas necessitam de benefícios sociais como Bolsa Família e Aposentadoria. As moradias são, em sua maioria, de taipa, construídas a partir de elementos retirados da natureza.

A maior parte dos moradores da comunidade não concluiu o ensino fundamental, fato que é atribuído a motivos como: à dificuldade de acesso às escolas; ou à tradição de as crianças ajudarem os pais na roça desde muito cedo, não sendo tão importante a frequência escolar. Mantendo assim, as práticas agropecuárias e extrativistas como principais fontes de sustento das famílias da comunidade.

A agricultura é a atividade econômica predominante na comunidade quilombola Mafra, e além desta se destacam a criação de animais e o extrativismo. Estas atividades são desenvolvidas pela comunidade de forma rústica e são, em sua maioria, fonte de alimento para os moradores da comunidade, podendo servir em alguns casos como fonte de renda ou de complemento de renda.

Outra atividade importante na comunidade é a exploração do manguezal, essa prática garante a essa comunidade especificamente ter fontes materiais e alimentares diversificadas em relação às outras comunidades do município de Bequimão. Tais atividades influenciam diretamente nos aspectos sociais e econômicos da comunidade.

No entanto, essas atividades poderiam ser desenvolvidas através de projetos de capacitação e políticas públicas de inclusão desse público nas cadeias produtivas, gerando assim emprego e renda, promovendo inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico local.

Agradecimentos

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Campus São Luís Maracanã. À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA pela concessão da bolsa ao aluno Paulo Protásio de Jesus (Processo BIC-05330/18) e a Secretaria da Cultura e Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Bequimão pelo apoio logístico e financeiro durante a realização do trabalho.

Referência

ADAMS, C. **Caíçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Amablume/FAPESP, 2000. 337p.

ALMEIDA, M. C. P. O movimento quilombola na baixada ocidental maranhense: história, memória e identidade de comunidades remanescentes de quilombos em pinheiro. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – “Conhecimento histórico e diálogo social” **Anais eletrônico** – Natal – RN, 2013.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2004. 110 p.

ALVES, I. C. da S. Políticas públicas, territorialidade e liberdade dos remanescentes de quilombo Kalunga. 262 folhas. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2015.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília – DF: **Diário Oficial da União** de 21 de novembro de 2003. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 27 de julho de 2019.

BRASIL. **Relatório Sobre o Trabalho Infantil no Mundo**. Brasília: UNICEF, 2003.

CANTANHÊDE, L. G. *et al.* Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental de pescadores da comunidade da ilha de Peru, reserva extrativista de Cururupu, Maranhão. In: FIGUEIREDO, Marina Bezerra; FREITAS, Jailza. **Aspectos socioeconômicos e ambientais de comunidades pesqueiras do estado do Maranhão**. São Luís: Eduema, 2019.

EUGENIO B, G.; LIMA, K. D. The construction of identity in the remaining community quilombola of Tucum-BA. **Poiésis Rev Prog Pós Grad Educ**, V. 8, N. 13, p. 203-222.

FIGUEIREDO, A. V. Subalternidade e Políticas da Diferença no Brasil: o caso das comunidades remanescentes de quilombo. **Hendu Revista Latino-Americana de Direitos Humanos**, Belém, v. 6, n. 2, p. 65-78, 2017.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES – FCP. Certificação quilombola. Brasília: **Diário Oficial da União – DOU** de 18 de Julho de 2019. Disponível no site: http://www.palmars.gov.br/?page_id=37551. Acesso em 27 de julho de 2019.

FURTADO, M. B.; SUCUPIRA, R. L.; ALVES, C. B. Cultura, Identidade e Subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, [s.i.], v. 26, n. 1, p.106-115, 2014.

GONÇALVES, D. P.; GONÇALVES, P. P. P. História e memória de quilombo: raízes, relatos da comunidade Ramal de Quindiuá em Bequimão/ma. **Revista da Abpn**: Ed. Especial - Caderno Temático: Saberes Tradicionais, [s.i.], v. 9, p.199-223, dez. 2017.

KREJCIE, R.V; MORGAN, D.W. Determining sample size for research activities. *Educational and Psychological Measurement*, v. 30, p. 607-610, 1970.

LIMA, G. D.; TUBALDINI, M. A. S. **Economia solidária e as comunidades rurais quilombolas de Macucos e Pinheiros – Alto Jequitinhonha**. XIX ENGA, São Paulo: 2009.

LIMA, G.F. da C. Alternativas de produção e conservação de recursos forrageiros estratégicos no semiárido nordestino. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS, 1., 2006, Campina Grande. **Anais**. Campina Grande: SEDAP, 2006

MARIN, J. O. B. *et al.* O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 4, p. 763-786, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032012000400010>.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG.; CASTRO, PA. (Orgs). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2.

MERA, Claudia Maria Prudencio de. **População rural na região do Alto Jacuí/RS**: análise sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40232/000821336.pdf?sequence=1>. Acesso em 28 de julho de 2019.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT- MEA. **Ecosystems and Human Wellbeing: Synthesis**. Washington, DC: Island Press, 2005. 137p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL– MDS. **Guia das Políticas Sociais Quilombolas:** Serviços e benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Brasília – DF, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/Guia_de_Politicas_Sociais_Quilombolas.pdf. Acesso em 28 de junho de 2019.

MIRANDA, S. A. de. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, [s.i.], v. 7, n. 50, p.369-498, maio/ago. 2012.

MONTELES, J. S. CASTRO, T.C.S, VIANA, D.C.P, CONCEIÇÃO, F. S. FRANÇA, V.L. ALMEIDA-FUNO, I.C.S. 2009. Percepção socioambiental das marisqueiras no município de Raposa, Maranhão, Brasil. **Rev. Bras. Eng. Pesca**, Maranhão, v. 4, n. 2, p. 34-45.

MOURA, C. História do Negro Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Editora Ática S.a., 1992. 85 p.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.) **Quilombos:** identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p.

OLIVEIRA, R.R. Ação antrópica e resultantes sobre a estrutura e composição da Mata Atlântica na Ilha Grande, RJ. **Rodriguésia**, v.53, n.82, p.33-58, 2002.

PASSARELI, Layra da Silva. Manguezais sob uma perspectiva social e econômica: percepção ambiental e valoração do manguezal do estuário do rio Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. 107 folhas. **Dissertação** (Mestrado em Biociência e Biotecnologia) – Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF – Campos dos Goytacazes – RJ, 2013.

RALPH, L. N. *et al.* Levantamento dos animais de produção criados na comunidade quilombola do Castainho do estado de Pernambuco e finalidades da criação destes animais. In: I Simpósio de Produção Animal da UFRPE-UAST “Tecnologias de Convivência com o Semiárido: Inovação e Sustentabilidade Unidade Acadêmica de Serra Talhada”. **Anais eletrônicos** – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2016.

REIS, J.J.; GOMES, F. dos S. **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, V. G. Religion and black cultural identity. Roman Catholics, Afro- Brazilians and Neopentecostalism. **Vibrant Virtual Braz Anthr.** 2014; 11(2): 210-46. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S1809-43412014000200008>.

SILVA, F. Q. da; MOY, E. A. C.; BARBOSA, A. A. Trilhando caminhos, desenhando identidades: um “outro” quilombo e suas relações de pertencimento étnico. II CONEDU – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, **Anais eletrônicos**, 14 a 17 de outubro de 2015 - Campina Grande - PB

SIMINSKI, A.; FANTINI, A. C.. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.37, n.3, p.690-696, mai-jun, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cr/v37n3/a14v37n3.pdf>. Acesso em 27 de julho de 2019.

TORRES, E.A.F.S.; CAMPOS, N.C.; DUARTE, M.; GARBELOTTI, M.L.; PHILIPPI, S.T.; MINAZZI-RODRIGUES, R.S. Composição centesimal e valor calórico de alimentos de origem animal. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v.20, p.145-150, 2000. DOI: 10.1590/ S0101-20612000000200003.

TUBALDINI, M. A. S.; DINIZ, R. F. Gênero, agricultura familiar e (re) organização do espaço rural em comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha/MG/Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

VANNUCCI, M. **Os manguezais e nós: uma síntese de percepções**. São Paulo: Edusp, 1999. 233p.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 96 p.